

A INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR



Caroline Vieira Neves¹ Adriana Pereira dos Santos²; Marinice Natal Justino³; Claudinei de Almeida⁴;
Jorge Uberson Pereira⁵ Dariny Christina Dutra Schoder Bonato⁶

Centro Universitário Unifacear

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a inclusão de alunos como público-alvo da educação especial no ensino regular. O problema está se a inclusão é realizada ou não de forma efetiva. A metodologia empregada foi a revisão de literatura com trabalhos posteriores à 2009. Como teoria utilizou Fonseca (2022), para ele a família não é somente a base e cultural do aluno e sociedade futura, porém, o centro da vida social. Como resultado da pesquisa considerou-se que a falta de investimentos leva a necessidade de aplicação das políticas públicas em forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo orientando os profissionais da educação buscando diminuir a segregação e a exclusão escolar.

Palavras chave: Inclusão; Educação Especial; Educação

1. INTRODUÇÃO

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2009)

Todavia a inclusão não é uma tarefa simples, principalmente no meio educacional. Muitas vezes nos deparamos com afirmações de que as instituições escolares, seus profissionais e a sociedade não estão realmente preparados para a Inclusão de crianças, adolescentes e jovens no ensino regular.

Embora existam muitas leis e diretrizes que possibilitam o direito de inclusão de alunos no ensino regular, há também um componente social e familiar envolvido,

que tornam o processo bastante complexo. A família é parte do processo e questões sociais e financeiras afetam todo o processo. A falta de investimento é outro fator de bastante preponderância para uma inclusão efetiva. Para Fonseca (2022) a família não é somente a base e cultural do aluno e sociedade futura, porém, o centro da vida social.

Nesse trabalho buscamos apresentar um olhar abrangente sobre esses diversos aspectos, discutindo principalmente os problemas ainda existentes para que uma inclusão efetiva ocorra.

2. DESENVOLVIMENTO

A inclusão é um tema que vem sendo discutido no ambiente educacional. Esse movimento surge de uma integração escolar possibilitando que crianças com deficiências obtenham direito a escolarização no ensino regular. Muitos países aderiram a este movimento, onde criaram regulamentações e políticas educativas para a Educação Especial.

De acordo com Sanches e Teodoro (2006), houve uma ruptura formal com a Educação especial, e se deu a partir, da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e foi reforçado com a Conferência Mundial sobre Necessidades educativas especiais que deu origem à Declaração de Salamanca (1994), que tinha como objetivo reconhecer a necessidade e a urgência de providenciar uma educação com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino para as crianças, jovens e adultos.

Conforme a Declaração de Salamanca determina algumas práticas fundamentais das escolas inclusivas que consistem em:

[...] todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e as diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994, p.5)

Além desta declaração, foram desenvolvidos leis e diretrizes que definem o direito e a integração da pessoa portadora de deficiência em vários níveis de ensino. De acordo com o Decreto nº 3.298 de 1999, dispõe sobre a Política Nacional para a

integração da pessoa portadora de Deficiência. Uma modalidade a todos os níveis de ensino [...].

Em 2001, surge as Resoluções CNE/CEB nº 2, Parecer CNE/CP nº9 e Parecer CNE/CEB nº17, que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica; institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores na educação básica em nível superior [...]. E afirma que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física dos alunos e aos demais educandos, mas revê concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial das pessoas.

Em 2007 surge o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que recomenda acessibilidade arquitetônica das instituições, além de sala de recursos e formação docente para o atendimento educacional especializado. Já no ano seguinte, 2008, surge a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

De acordo com a Lei nº 9.349, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (alterada pela Lei nº 9.475/97 e Lei nº 10.287/2001, Lei nº 10.328/2001) esclarece os direitos da educação escolar:

[...] devem garantir o acesso e a permanência na escola de todos os alunos, cabendo à escola organizar um atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. Assim, é responsabilidade das escolas assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Brasil, 1996).

A escola tem uma função social garantir o ensino, a aprendizagem, a comunicação e interação dos indivíduos. Entretanto, o processo de inclusão nem sempre ocorre corretamente, pois depende de da estrutura (física) das instituições escolares, a falta de investimento em materiais específicos e a falta de capacitação dos professores, entre outras situações.

Será que as instituições de ensino conseguem realmente garantir e assegurar as condições necessárias de aprendizagem para todos os alunos? Principalmente para os alunos portadores de deficiências?

Nesse trabalho trouxemos uma reflexão sobre a inclusão adequada de alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista, que são um grupo da educação especial. Conforme Pimentel e Fernandes (2014) as crianças com esse transtorno apresenta um “desenvolvimento deficitário das habilidades de linguagem, cognição

e socialização”. As autoras complementam que “essas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e de sua família”.

Como podemos desenvolver práticas pedagógicas que auxiliem a aprendizagem do aluno portador do TEA?

Primeiramente, devemos compreender que é um trabalho em conjunto, ou seja, o professor precisa ter o auxílio de uma educadora especial ou especializada, juntas conseguem compreender o aluno e suas necessidades. Outro passo importante, é definir regras, criar uma rotina para que o aluno compreenda o que acontece em seu dia a dia. Crianças com autismo tem dificuldade com mudanças em sua rotina, portanto, é importante desenvolver atividades adaptadas diante da necessidade de cada aluno.

Spinazola e Goffredo (2018) relata que as atividades adaptadas no dia a dia estão relacionadas aos objetivos, metodologia, a didática, procedimento, tempo e a avaliação.

A inclusão escolar do aluno com autismo proporciona aos professores desafios constantes, porém, é importante a parceria entre o professor de educação especial e o professor regente da sala regular (SPINAZOLA; GOFFREDO, 2018, p.133)

Para Pimentel e Fernandes (2014) a “inclusão escolar pode proporcionar a essas crianças a oportunidade de convivência com outras da mesma faixa etária, constituindo-se, a escola, em um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social”.

A Lei nº 1.2764, de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que traz determinações legais quanto a garantia a educação da criança autista, principalmente se tratando da inclusão em escolas regulares, as quais são obrigadas a fornecerem serviços especializados.

Para Ramos e Barbosa (2022) explica que as instituições de ensino devem conhecer da legislação e demonstrar estratégias de inclusão, também precisam estar preparadas a oferecer um atendimento especializados aos alunos com TEA, visando educar e possibilitar aos alunos uma convivência igualitária, portanto, isso requer um plano educacional no combate à segregação com respeito aos indivíduos e a suas particularidades, assim as estratégias colaboram para as práticas pedagógicas e de socialização.

Compreendemos que a escola é um espaço de diversidade e que deve conceber boas condições de ensino-aprendizagem para todos os alunos, buscando promover um aprendizado de qualidade e significativo, mas para que isso se torne realidade é necessário políticas públicas eficientes, investimento e planejamento, possibilitando as instituições e seus profissionais realizarem suas funções adequadas para o bem dos alunos e da sociedade.

É necessário que os professores tenham uma formação constante, que busquem junto a equipe pedagógica desenvolver atividades apropriadas para os alunos conforme suas necessidades. Para a inclusão ser efetiva é necessário ter empatia e compreender que todos os indivíduos possuem suas diferenças, sejam elas culturais, sociais e principalmente na forma de aprender.

O envolvimento da família com a escola é fundamental, uma vez que rede de apoio proporciona uma segurança para a escola, afim, de desenvolver e explorar práticas pedagógicas inclusivas baseadas nas particularidades desses alunos.

3. CONCLUSÃO

Neste trabalho compreendemos que a educação especial vem avançando a passos lentos, juntamente com a inclusão. Isso porque, existem alguns fatores que dificultam a inclusão no ensino regular, como por exemplo, a falta de investimento nas escolas para manter uma infraestrutura adequada para atender os alunos, materiais pedagógicos específicos (atender cada deficiência), falta de profissionais especializados dentro das instituições e capacitação dos professores etc. Portanto, as políticas públicas precisam ser implementadas em forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo orientando os profissionais da educação buscando diminuir a segregação e a exclusão escolar.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL, Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em >>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> << Acesso em 29 de Abril de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão:** Ver. Educ. Esp., Brasília, v.4, n.1, p. 7-17, jan/jun. 2008. Disponível em: >> <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> << Acesso em: 05 de Maio de 2022.

FONSECA, V. **Família e Escola: parceria indispensável na aprendizagem.** Revista Científica FESA, v.1, n.12, p. 37-49, mar/2022.

MANTOAN, M. T. E. **O Direito à Diferença na Igualdade de Direitos.** Bengala Legal. Jan de 2009. Disponível em: >> <http://www.bengalalegal.com/mantoan> << Acesso em: 10 de maio de 2022.

PIMENTEL, A.G.L.; FERNANDES, F.D.M. **A Perspectiva de Professores quanto ao Trabalho com Crianças com Autismo.** Scielo Brasil. Audiology: Communication Reserch, 2014.

RAMOS, M.A.S. **Autismo e Inclusão Escolar: O cotidiano nas escolas regulares e na inclusão dos alunos com (TEA).** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Uninter, 2022. Disponível em: >> <https://repositorio.uninter.com/handle/1/875> <<

SANCHES, I.; TEODORO, A. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista Lusófona de Educação, v.8, n.8, p.63-83, 2006.

SPINAZOLA, C.C.; GOFFREDO, A.T.E.; **Relato sobre Práticas Pedagógicas com um aluno com autismo: desafios e possibilidades para inclusão escolar.** Revista Estudos Interdisciplinares da Educação, v.1, n.4, 2018.

SCHMIDT, C.; NUNES, D.M.; OLIVEIRA, V.F.; NUERNBERG, A.H.; KUBASKI, C. **Inclusão Escolar e Autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas.** Revista Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, SP, 2016.

SILVA, D.P.; SIVIERI-PEREIRA, H.O.; **Ações nas Escolas Públicas em Atendimento à Inclusão Educacional: visão dos educadores.** Rev. Perspectivas em Psicologia, v.17, n.2, p.170-188, jul/dez, 2013.